

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
Bacharelado em Administração Pública

ECONOMIA BRASILEIRA

Fernando Tadeu de Miranda Borges
Pedro C. Chadarevian



2010

© 2010. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Todos os direitos reservados.

A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é do(s) respectivo(s) autor(es). O conteúdo desta obra foi licenciado temporária e gratuitamente para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFSC. O leitor se compromete a utilizar o conteúdo desta obra para aprendizado pessoal, sendo que a reprodução e distribuição ficarão limitadas ao âmbito interno dos cursos. A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte. A cópia desta obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal, artigo 184, Parágrafos 1º ao 3º, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis à espécie.

B732e Borges, Fernando Tadeu de Miranda
 Economia brasileira / Fernando Tadeu de Miranda Borges, Pedro C. Chadarevian.
 – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] :
 CAPES : UAB, 2010.
 140p. : il.

 Bacharelado em Administração Pública
 Inclui bibliografia
 ISBN: 978-85-61608-79-7

 1. Economia brasileira. 2. História econômica. 3. Brasil – Política econômica.
 4. Educação a distância. I. Chadarevian, Pedro Caldas. II. Coordenação de Aper-
 feçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). III. Universidade Aberta do Brasil.
 IV. Título.

CDU: 338(81)

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

PRESIDENTE DA CAPES

Jorge Almeida Guimarães

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITOR

Alvaro Toubes Prata

VICE-REITOR

Carlos Alberto Justo da Silva

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DIRETOR

Ricardo José de Araújo Oliveira

VICE-DIRETOR

Alexandre Marino Costa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CHEFE DO DEPARTAMENTO

Gilberto de Oliveira Moritz

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO

Marcos Baptista Lopez Dalmau

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carlos Eduardo Bielschowsky

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Celso José da Costa

COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO ACADÊMICA

Liliane Carneiro dos Santos Ferreira

COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO E FOMENTO

Grace Tavares Vieira

COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE POLOS

Joselino Goulart Junior

COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Adi Balbinot Junior

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – PNAP

Alexandre Marino Costa
Claudinê Jordão de Carvalho
Eliane Moreira Sá de Souza
Marcos Tanure Sanabio
Maria Aparecida da Silva
Marina Isabel de Almeida
Oreste Preti
Tatiane Michelin
Teresa Cristina Janes Carneiro

METODOLOGIA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Universidade Federal de Mato Grosso

COORDENAÇÃO TÉCNICA – DED

Soraya Matos de Vasconcelos
Tatiane Michelin
Tatiane Pacanaro Trinca

AUTORES DO CONTEÚDO

Fernando Tadeu de Miranda Borges
Pedro C. Chadarevian

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS CAD/UFSC

Coordenador do Projeto
Alexandre Marino Costa

Coordenação de Produção de Recursos Didáticos
Denise Aparecida Bunn

Supervisão de Produção de Recursos Didáticos
Érika Alessandra Salmeron Silva

Designer Instrucional
Andreza Regina Lopes da Silva
Denise Aparecida Bunn
Silvia dos Santos Fernandes

Auxiliar Administrativo
Stephany Kaori Yoshida

Capa
Alexandre Noronha

Ilustração
Adriano Schmidt Reibnitz

Projeto Gráfico e Finalização
Annye Cristiny Tessaro

Editoração
Adriano Schmidt Reibnitz
Lívia Remor Pereira

Revisão Textual
Barbara da Silveira Vieira

PREFÁCIO

Os dois principais desafios da atualidade na área educacional do País são a qualificação dos professores que atuam nas escolas de educação básica e a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro, nas várias instâncias administrativas. O Ministério da Educação (MEC) está enfrentando o primeiro desafio com o Plano Nacional de Formação de Professores, que tem como objetivo qualificar mais de 300.000 professores em exercício nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo metade desse esforço realizado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em relação ao segundo desafio, o MEC, por meio da UAB/CAPES, lança o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Esse programa engloba um curso de bacharelado e três especializações (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) e visa colaborar com o esforço de qualificação dos gestores públicos brasileiros, com especial atenção no atendimento ao interior do País, por meio de polos da UAB.

O PNAP é um programa com características especiais. Em primeiro lugar, tal programa surgiu do esforço e da reflexão de uma rede composta pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Administração, pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) e por mais de 20 instituições públicas de Ensino Superior (IPES), vinculadas à UAB, que colaboraram na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos. Em segundo lugar, este projeto será aplicado por todas as IPES e pretende manter um padrão de qualidade em todo o País, mas abrindo margem para que cada IPES, que ofertará os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região.

Outro elemento importante é a construção coletiva do material didático. A UAB colocará à disposição das IPES um material didático mínimo de referência para todas as disciplinas obrigatórias e para algumas optativas. Esse material está sendo elaborado por profissionais experientes da área da Administração Pública de mais de 30 diferentes instituições, com apoio de equipe multidisciplinar. Por último, a produção coletiva antecipada dos materiais didáticos libera o corpo docente das IPES para uma dedicação maior ao processo de gestão acadêmica dos cursos; uniformiza um elevado patamar de qualidade para o material didático e garante o desenvolvimento ininterrupto dos cursos, sem as paralisações que sempre comprometem o entusiasmo dos alunos.

Por tudo isso, estamos seguros de que mais um importante passo em direção à democratização do Ensino Superior público e de qualidade está sendo dado, desta vez contribuindo também para a melhoria da gestão pública brasileira.

Celso José da Costa
Diretor de Educação a Distância
Coordenador Nacional da UAB
CAPES-MEC

SUMÁRIO

Apresentação	9
--------------------	---

Unidade 1 – Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil

Auge e declínio do modelo brasileiro de desenvolvimento	15
Os marcos da organização política e econômica no Brasil	17
Um período de rápidas transformações políticas e econômicas: 1930 a 1964	23
A economia brasileira nos períodos militar e democrático.....	30
O período militar	30
O período democrático	33

Unidade 2 – O processo de industrialização no Brasil

Modernização e diversificação da economia brasileira	45
O atraso no processo de industrialização	48
A industrialização como objetivo central da política econômica	54
A trajetória mais recente do desenvolvimento industrial brasileiro.....	62

Unidade 3 – Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira

Os principais desequilíbrios do desenvolvimento capitalista no Brasil	75
O conturbado histórico da inflação brasileira na era republicana	78
Fatores conjunturais e estruturais na evolução do desemprego	89
Desigualdade de renda e desigualdades regionais	96

Unidade 4 – A inserção externa da economia brasileira

A economia brasileira na era da globalização	111
Dívida externa e FMI	115
Déficit externo e vulnerabilidade	118
A atual estratégia brasileira de inserção na economia mundial	125
Considerações finais	131
Referências	133
Minicurriculo	140

APRESENTAÇÃO

Caro estudante,

Estamos iniciando a disciplina *Introdução à Economia*, na qual você conhecerá como manusear as ferramentas econômicas. Certamente, você já adquiriu, com base em seus estudos até aqui, a capacidade de refletir sobre produção, consumo e distribuição para opinar, sempre que necessário. Isso se dá com a segurança requerida e com conhecimento a respeito da lógica do mercado em seus meandros e suas reticências, sem deixar de crer na possibilidade da conquista de um mundo mais humano e solidário.

Buscando dar continuidade ao estudo da ciência econômica, trazemos para você, desta vez, um livro com tópicos de economia muito especial para todos nós – um livro de economia brasileira. Este tem o objetivo de fornecer os instrumentos de análise capazes de auxiliar você na compreensão das várias correntes de pensamentos sobre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro; de despertar para a reflexão; e de fomentar o interesse pela realização de pesquisas na área.

Estudar a economia brasileira constitui um dever de ofício para nós que acreditamos na educação como meio para a conquista do tão almejado desenvolvimento econômico. Quando conhecemos pouco do passado, além de o presente ficar empobrecido, o futuro desaparece de cena. A assimetria de informações se tem constituído em um grave problema para as economias modernas. Precisa de uma vez por todas ser minimizada, sob pena do fosso estabelecido entre países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento, ser ampliado.

Ninguém deve cruzar os braços na espera que as questões postas sejam resolvidas sem as nossas interferências. Como cidadãos, temos a responsabilidade na condução dos caminhos para lidar com

as heranças perversas do passado colonial e imperial, já que o “espírito aventureiro” parece ter dado lugar ao “espírito empreendedor”.

Na fase republicana, um tipo de brasileiro com viés mais globalizado começou a tomar contornos nítidos e definidos, demonstrados por meio do espírito que passou a vigorar de que é necessário estimular a produção, superar os atrasos tecnológicos e a inserção tardia na nova ordem mundial, a fim de construir uma nação livre e soberana.

Com relação à inserção da economia brasileira nos ditames do comércio internacional, cabe registrar que a situação de periferia, produzida desde os tempos coloniais, tem sido um dos grandes entraves para a superação do atraso. As trocas de produtos primários por produtos industrializados com suas produtividades diferenciadas trouxeram e continuam trazendo, agora um pouco menos, situações complicadas para a economia brasileira.

Os estudos realizados pela Comissão Econômica de Planejamento para a América Latina (CEPAL) desde o seu primeiro relatório divulgado em 1949, nos seus 70 anos de percurso, fizeram história. Nas formulações, a concepção de que muito dos nossos problemas advinham do forte estímulo dispensado ao setor externo da nossa economia. Foi a partir dessa data que a economia brasileira passou a ser analisada tendo em conta os seus fatores internos e um novo tipo de desenvolvimento passou a ser vislumbrado.

Antes de 1949, muitos dos modelos utilizados tinham a marca do exógeno, do que vinha de fora, e acabavam quase sempre reproduzindo modelos importados e que pouco tinha a dizer sobre os nossos problemas econômicos e sociais. Ademais, na maior parte das situações, reproduziam o *modus operandi* vigente dos países desenvolvidos, sem qualquer tentativa, se não de rompimento, mas pelo menos de superação. O século XX na economia brasileira marca a fase de amadurecimento na trajetória de intercâmbios comerciais, tecnológicos e científicos.

A presença das universidades na construção de um País que procura se conhecer mais por dentro, sem relegar o velho, em busca da recuperação do que se perdeu pelo meio, deu o sentido que faltava.

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, e a Universidade do Brasil, fundada em 1937, no Rio de Janeiro, são dois fortes baluartes na busca pela obtenção da nossa independência técnico-científica. Além da criação tardia das instituições de Ensino Superior, os centros de pesquisas no governo federal somente começaram a deslanchar nos anos de 1950.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo, foi criado em 1951, mas acabou sendo um pouco relegado pela força que se deu ao Plano de Metas no início. Esse plano tentou assegurar em um curto espaço de tempo os atrasos tecnológicos da importação de tecnologia produzida pelos países desenvolvidos, deixando o investimento em tecnologia nacional em um plano quase que de retraimento.

Essa discussão formulada serve para mostrar que desde o início o gargalo que tivemos foram a ciência e o desenvolvimento tecnológico e que os governos não podem continuar tímidos diante desse desafio. É preciso inovar e para isso há de ser ousado no que diz respeito à ampliação dos investimentos em pesquisa, fortalecimento dos empreendimentos privados nacionais de forma autônoma e soberana. É preciso também estar atento aos inventos e patentearlos com a iniciativa de assegurar ao País as garantias que lhe são de direito e devidas.

É importante enfatizarmos também que tanto o Brasil como diversos outros países da América Latina têm apresentado desempenho pouco satisfatório no que diz respeito aos investimentos realizados em ciência e tecnologia. A saída para todas essas crises, que frequentemente se manifestam, com certeza passa pelos investimentos nessa área.

O modelo de industrialização brasileira possui características próprias e precisa ser compreendido à luz da formação econômica. No início da formação econômica do Brasil, fomos inseridos no projeto determinado pelo Império português. Nesse aspecto, vale frisar que participamos do mercado internacional como parte de outros objetivos que não os daqui e que a indústria brasileira desenvolveu-se muito lentamente, principalmente pelo fato de, como

colônia, obedecer aos interesses determinados externamente e não internamente. Contudo, uma questão é digna de nota: um País de dimensão continental foi construído.

Para abordar todas essas questões que tem como pano de fundo o interesse em refletir o porquê da tardia conquista da modernização de nossa estrutura produtiva, dividimos este livro em quatro Unidades.

Na Unidade 1, abordaremos os elementos políticos determinantes da evolução da economia brasileira ao longo do século XX, destacando as decisões de política econômica mais relevantes para a trajetória do País.

Na Unidade 2, discutiremos o papel desempenhado pela indústria na economia brasileira, desde os tempos em que sua evolução esteve subordinada aos interesses agrário-exportadores até o período em que a política industrial passou a ser considerada um elemento central do desenvolvimento.

Já na Unidade 3 faremos um debate importante no que diz respeito aos distúrbios principais de qualquer processo de desenvolvimento econômico: as desigualdades regionais e a distribuição de renda, a inflação e o desemprego, buscando entender a causa de sua manifestação tão extremada no País.

Por fim, na Unidade 4, retomaremos ao debate sobre a inserção do Brasil na economia mundial, com destaque para a América do Sul. Vamos refazer alguns caminhos a respeito do tema “globalização *versus* dependência”, na tentativa de compreender os percursos trilhados.

Vamos, então, às unidades programadas. Faça um excelente estudo de economia brasileira e esperamos que ao final você sinta vontade de aprofundar ainda mais seus conhecimentos.

*Professores Fernando Tadeu de Miranda Borges
e Pedro C. Chadarevian*

UNIDADE 1

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Refazer o percurso do desenvolvimento da economia brasileira, com destaque às políticas de governos democráticos e ditatoriais que se sucederam, em alternância, ao longo do século XX;
- ▶ Refletir sobre os principais planos econômicos e a trajetória que nos levou à atual fase de estabilização econômica; e
- ▶ Levantar questões econômicas e sociais que ainda carecem de outros olhares.

AUGE E DECLÍNIO DO MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Caro estudante,

Bem-vindo à Unidade 1, na qual vamos discutir os fundamentos políticos da formação da economia brasileira na República. Iniciaremos nosso estudo apresentando o desenvolvimento econômico brasileiro, da primeira à nova República, com vista à compreensão dos cenários, dentro das especificidades de cada uma das épocas focadas. Lembre-se sempre de que cada período tem os valores culturais do seu tempo e devem ser levados em consideração, pois são realmente importantes nas tomadas de decisões.

Para um bom aproveitamento tanto desta Unidade como das demais, leia com atenção cada uma das abordagens. Caso não compreenda algum assunto, solicitamos que faça uma nova leitura. Se a situação persistir, divida as dificuldades encontradas com seu tutor.

Para você aprofundar os conhecimentos em economia brasileira, listamos vários autores, mencionados ao final deste livro.

Vamos iniciar? Boa leitura para você!

Embora o tema desta Unidade trate do modelo brasileiro de desenvolvimento adotado ao longo do século XX, voltaremos um pouco no tempo com o propósito de entender os elementos políticos que determinaram as particularidades do processo de formação da economia brasileira.

Descendemos de uma economia colonial em que a colonização ocorreu por meio da ocupação de vastas extensões territoriais, sem diversificação da produção, pelo contrário, sustentada pelo

predomínio da monocultura e com a utilização da mão de obra escrava. Esses foram os sustentáculos da economia colonial que de alguma forma se enraizaram na cultura econômica do País.

Na interpretação de Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997), são pouquíssimas as divergências dos autores pesquisados de que a monocultura, a elevada concentração da propriedade e a utilização da mão de obra escrava foram os fatores estruturantes da nossa sociedade colonial.

O gestor moderno deve ter consciência de todos os problemas, conhecimento sobre sustentabilidade e trabalho solidário. Para isso, tendo em vista que o Período Colonial deixou fortes marcas na economia brasileira que nem a crise do sistema colonial nem a independência do Brasil de Portugal conseguiram romper definitivamente, coexistindo nos tempos atuais de alguma forma os laços de dependência econômica herdados.

OS MARCOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL

É importante reafirmar que, após a independência do Brasil de Portugal, o País avançou bem pouco no rumo da industrialização, mantendo-se agrário e com poucos recursos que levassem ao desenvolvimento da indústria. Somente na segunda metade do século XIX o excedente gerado pelo setor cafeeiro conseguiu uma expansão maior, passando a ser investido na expansão industrial, na construção de ferrovias e na urbanização de cidades. O autor brasileiro [Celso Furtado](#) possui uma das mais importantes contribuições sobre a situação da economia brasileira no século XX. A contribuição “furtadiana” ao pensamento econômico brasileiro é muito vasta e merece ser conhecida.

Para Furtado (2001, p. 39),

A exploração do Brasil [...] foi uma empresa concebida nos mesmos termos do Império das Índias: como um simples empreendimento comercial. As necessidades da colonização mudarão, entretanto, a fisionomia externa da nova empresa. Essa mudança, porém, afetará apenas a roupagem exterior. O sentido de empresa comercial se conservará bem marcado. Esse sentido, que será o da evolução econômica da colônia, presidirá a formação da sociedade. A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da economia brasileira quanto



Saiba mais

Celso Furtado

Nascido em Pombal, no Estado da Paraíba, no dia 26 de julho de 1929, faleceu no Estado do Rio de Janeiro, no dia 20 de novembro de 2004. Embora graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, notabilizou-se como economista, tendo obtido o título de doutor em economia na França pela Universidade de Sorbonne de Paris, em 1948. Fonte: Elaborado pelos autores.

a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização.

A entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, que se dirigiam à lavoura cafeeira, acelerou fortemente a partir da generalização do trabalho assalariado. Isso, por sua vez, acabou trazendo para a economia algo que não existia: o desequilíbrio externo, conforme ressaltado por Gremaud, Saes e Toneto Junior (1997, p. 28):

Numa economia escravista pura (em que só haja senhores e escravos), a renda monetária concentra-se nas mãos dos senhores e pode, no máximo, ser igual ao valor das exportações (pois não há qualquer tipo de propagação da renda internamente, como descrito pelo mecanismo do multiplicador). Consequentemente, não há desequilíbrio externo, pois a demanda de importações pode, no máximo, ser igual ao valor das exportações (que é também o nível da renda interna). Quando se introduz o trabalho assalariado, pelo processo de multiplicação da renda interna, esta passa a ser um múltiplo do valor das exportações, criando a possibilidade do desequilíbrio externo. Mais importante [...], no entanto, é perceber que há uma defasagem temporal entre o impulso das exportações e a materialização da demanda de importações (que resulta da propagação da renda interna em direção a vários setores).

Contudo, vale observar que a introdução do trabalho assalariado foi um dos resultados da inserção do Brasil na organização do capitalismo mundial e que acabou preparando o terreno para a industrialização em um determinado tipo de capitalismo que foi chamado de “capitalismo tardio” (MELLO, 1998, p. 177).

O capitalismo tardio fez referência ao atraso da entrada do Brasil no processo capitalista de produção, advinda das condições internas de formação do excedente do capital, que acabou beneficiando o capital industrial, com consequências perversas para os trabalhadores devido ao rebaixamento da força de trabalho na periferia.

Nesse período em foco, ocorreu a abolição da escravatura, forçada pela própria estrutura que não suportava mais aquele tipo de organização. Também, logo em seguida, a proclamação da República de modo repentino mudou a forma de governo no País, com a intenção de transformar tudo no País em uma grande república, e não cada casa em uma república, um lugar onde todos que o habitam desfrutam de forma igual de tudo a que tem direito. Na [República](#), tivemos os seguintes períodos de evolução política:

- ▶ Primeira República, ou República Velha (1889-1930);
- ▶ Era Populista (1930-1964);
- ▶ Era Ditatorial (1964-1984); e
- ▶ Nova República (a partir de 1985).

A democracia teve, por incrível que pareça, existência tímida em todo o Período Republicano, que não foi uma conquista qualquer: veio por meio de muita luta. Um dos maiores movimentos populares que o País presenciou foi precisamente a tentativa de aprovação das eleições diretas para presidente em 1984 (95 anos após a proclamação da República), que foi recusada pelo Congresso Nacional, adiando esse projeto por mais quatro anos, depois de 20 anos de autoritarismo.

A Primeira República no Brasil foi marcada pela política dos coronéis que, sob o regime da força, impunham a direção do governo, com as eleições quase sempre decididas antecipadamente, por meio das famosas atas escritas a bico de pena.



Saiba mais

República

Forma de governo em que o Estado está voltado exclusivamente para o cidadão. O povo torna-se soberano ao eleger os representantes, governando indiretamente o país. Existem três poderes responsáveis pelo andamento do governo: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi a fase do predomínio da agricultura como o setor-chave da economia, embora a indústria viesse se constituindo desde a segunda metade do século XIX, a duras penas. De 1889 a 1930, a economia brasileira enfrentou uma série de dificuldades, como:

- ▶ os impactos da Primeira Guerra Mundial sobre o comércio exterior;
- ▶ fortes oscilações no preço do café;
- ▶ a Crise de 1929, que abalou o mundo; e
- ▶ a transformação na condução da economia a partir de 1930.

A Primeira República ficou caracterizada como República do Café com Leite, porque os governos eleitos se revezavam entre São Paulo (principal produtor de café) e Minas Gerais (importante produtor de leite e derivados). O primeiro presidente da República foi Marechal Deodoro da Fonseca e o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto. Ambos ficaram por pouco tempo no governo, e houve uma sucessão de outros no cargo, sendo um período em que se configurou também muita agitação política. Por causa do novo regime instalado, o País deixou de ser monarquia e passou a ser república.

Saiba mais

Pacto Oligárquico

Sistema político que visa ao controle do poder pela centralização. Três fatores geravam instabilidade ao pacto: os permanentes desentendimentos entre políticos de São Paulo e de Minas Gerais; a dificuldade em contentar todos os Estados, principalmente os intermediários; e o descontentamento de setores da classe média urbana e de jovens oficiais das forças armadas. Fonte: Fritsch (1990).

A primeira Constituição foi criada em 1891 e deu muita força aos Estados, o que levou a política da época a ser chamada de “Política dos Governadores”. Como os grupos oligárquicos dominavam o poder econômico e político, impuseram pela força seus candidatos, por meio de um “[pacto oligárquico](#)”. Foi um período econômico dos mais difíceis da República, pelo fato das rápidas transformações em curso, como a instalação do trabalho assalariado na agricultura, a reinserção do País na economia internacional e a readaptação às novas formas do exercício da política.

Para Fritsch (1990, p. 37),

[...] a instabilidade econômica gerada pelos sucessivos choques externos que se iniciam em 1914 e se estendem pela primeira metade dos anos 20, mina as bases das

alianças políticas tradicionais entre os grandes estados e – sob o estímulo adicional das ideologias emergentes na Europa do Pós-Guerra – debilita a crença nas vantagens do liberalismo econômico. [...] A história das políticas econômicas e o desempenho da economia brasileira entre o limiar do século e a revolução de 1930 pode ser dividida em períodos demarcados, basicamente, por alterações no comportamento da economia internacional: a do longo ciclo de crescimento com endividamento da década anterior a 1914, a do funcionamento anômalo da economia mundial durante a Primeira Guerra Mundial, e a do choque, reconstrução e colapso dos anos 20.

Nesse período, o centro nevrálgico da economia brasileira gravitou em torno do café, embora um lento processo de diversificação econômica estivesse em curso, tanto no setor agrícola como no setor industrial. Desde o século XIX que o café vinha se apresentando como o produto de exportação principal da economia brasileira, inicialmente produzido na região do Vale do Paraíba fluminense e depois se dirigindo a São Paulo.

De acordo com Saes e Farina (1999, p. 54-55),

A participação do Brasil no mercado internacional do café tem sido decrescente. No início do século XX o Brasil chegou a deter 80% do total do mercado internacional do café, na década de 90 dominava apenas 25% a 30% do mercado, tendo permanecido desde os anos 60 com a exportação praticamente estagnada em cerca de 17 milhões de sacas.

Como o mercado do café sofreu instabilidades decorrentes de choques externos, em 1906 foi firmado o Convênio de Taubaté com a finalidade de intervir no mercado cafeeiro para que a economia do café pudesse desfrutar de algumas garantias. E, assim, o governo decidiu comprar o excedente produzido. Como forma de manter o preço, foi proibida a ampliação das plantações de café e foi facilitado os empréstimos externos para a compra do excedente produzido.

A superprodução tem sua explicação na economia brasileira por causa da abundância de terras e mão de obra, mas será que esta precisa ser acompanhada também pelo governo? Por quê? Será que apresenta reflexo na economia?

Sim, a superprodução precisa, ainda nos dias de hoje, ser observada pelo governo, como é o caso da soja, em Mato Grosso e no Paraná, da cana-de-açúcar e da laranja, em São Paulo, que, embora diferente da superprodução vivenciada pelo café, comprova a necessidade da presença do governo de alguma maneira na regulação da atividade agrícola.

No momento da eclosão da Crise de 1929, o Brasil vivenciava mais um contexto de superprodução, abalando os programas de valorização do café, pois, ao mesmo tempo, a bolsa de Nova York despencava, e, em todo o mundo, muitas empresas foram fechadas. Assim, milhares de desempregados foram para as ruas e os empréstimos restringidos, uma vez que o crédito desaparecera das praças. Logo, a maneira encontrada para não desestabilizar o mercado cafeeiro foi a queima dos excedentes de cafés, um recurso que já vinha sendo utilizado desde princípios do século.

Outro momento que é importante destacarmos em relação à economia brasileira foi o primeiro surto industrial no Brasil que ocorreu no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, e somente depois se estendeu a São Paulo durante a Primeira República. Contudo, a ideia parece ter se fortalecido após a Primeira Guerra Mundial, quando se confirmou a necessidade de a economia buscar formas concretas de se industrializar, embora os esforços ocorressem de forma lenta, tendo em vista os interesses agrários predominarem na pauta das discussões estabelecidas. E assim caminhou a Primeira República no Brasil.



O Primeiro Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, exerceu o cargo de 15 de novembro de 1889 a 17 de janeiro de 1891 e foi considerado simpatizante à criação de indústrias no País.

UM PERÍODO DE RÁPIDAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: 1930 A 1964

No período de 1930 a 1964, instala-se no País a fase do populismo, que ainda hoje guarda suas marcas na maneira personalista de condução da Administração Pública. O Estado brasileiro adquire no populismo características patrimonialistas em que o público torna-se quase que uma extensão do privado, inaugurando uma outra fase na economia nacional, na qual o setor dinâmico deixa de ser a agricultura. Nesse momento, a indústria passou a ser o centro das atenções. Os dois marcos, tanto 1930 como 1964, são tidos como marcas de revolução, denominação essa difícil de ser aceita, pelo caráter distinto das duas situações, como veremos mais a seguir.

Na Primeira República, os Estados tinham força, mas, a partir de 1930, com Getúlio Vargas, o governo brasileiro se fortalece, centralizando as decisões e retirando o poder das regiões. Isso facilitou a condução das políticas econômicas no período.

O governo do presidente Getúlio Vargas, que vai de 1930 a 1945, caracteriza-se por três situações distintas:

- ▶ **Primeira de 1930 a 1934:** fase do governo provisório, que entrou em choque com o movimento Constitucionalista de 1932, pedindo um governo em que a Constituição desse as cartas.
- ▶ **Segunda de 1934 a 1937:** fase do governo Constitucionalista, regida pela Constituição de 1934.

- ▶ **Terceira de 1937 a 1945:** fase do Estado Novo. Surgiu a figura dos decretos-leis, o judiciário perdeu forças, o autoritarismo e a repressão dominaram o quadro da época, foram nomeado interventores para governarem os Estados.

Por que Getúlio Vargas conseguiu ficar tanto tempo no governo usando o autoritarismo para governar?

 **Saiba mais**

Queremismo

Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome “queremismo” se originou do *slogan* utilizado pelo movimento: *Queremos Getúlio*
Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

A resposta à essa indagação encontra respaldo no populismo utilizado em que os acordos iam dos coronéis aos industriais e as políticas com a classe trabalhadora. Foi tão forte a sua presença política junto aos trabalhadores que quase tornou-se possível a sua permanência no poder em 1945, com o movimento do [Queremismo](#), ou “Queremos Getúlio”. Mas o seu final estava decretado, as forças armadas não mais o apoiavam e Vargas teve de sair do cargo.

O desenvolvimento decisivo da indústria a partir de 1930 no Brasil foi motivado pela Grande Depressão, que fez todos perceberem que não havia outra saída para a economia do País. Na interpretação de Furtado (1984, p. 198),

[...] o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de dez por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. [...] Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamente atingidos pela crise industrial.

É nessa fase, portanto, que começou o processo induzido de industrialização por [substituição de importações](#), que teve suas primeiras explicações com Furtado e depois com o trabalho de [Maria da Conceição Tavares](#) cuja contribuição preencheu a lacuna que faltava para o entendimento da questão.

É importante frisarmos ainda que o maior problema do processo de substituição de importações na industrialização brasileira e na da América Latina centrou-se na redução do coeficiente de importação, em outras palavras, a relação entre o valor das importações e o produto interno.

A partir do momento em que essa relação se torna insuficiente para atender às necessidades da expansão da economia, tem-se o esgotamento do processo de substituição de importações, que Tavares (1983, p. 118) assim expressou a sua preocupação à época sobre o problema estratégico de

[...] como o transitar de um modelo de substituição de importações para um modelo autossustentado de crescimento? [Em seguida, respondeu] [...] só o setor público, com o seu peso relativo dentro da economia, tem capacidade de exercer uma demanda autônoma, capaz de se opor às tendências negativas que emergem do esgotamento do impulso externo.

Esse trabalho de Maria da Conceição Tavares foi publicado em 1963 como forma de externar a sua preocupação com a situação que o Brasil começava a enfrentar no início da década de 1960, devido à anunciada estagnação que se vislumbrava pelo período. Isso indicava que o modelo havia chegado ao esgotamento de fato,

Saiba mais Substituição de importações

Produtos anteriormente importados que passaram a ser produzidos internamente. Substituir importações não significa diminuí-las, pelo contrário, pode até vir a aumentá-las, dependendo da necessidade. Neste caso, então, substituição de importações é o fato de o país modificar a pauta dos importados por bens intermediários e de capital visando ampliar e diversificar a capacidade de produção. Contudo, com o passar dos anos, alguns problemas parecem ameaçar o processo de substituição de importações: o tamanho e a forma de estruturação do mercado, a característica do desenvolvimento tecnológico e a organização dos recursos de produção. Fonte: Tavares (1983).

Maria da Conceição Tavares

Nasceu em 24 de abril de 1930, na cidade de Anadia, Portugal, e veio para o Brasil em 1954, com graduação em Matemática, tendo em 1960 formado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, título este que a tornou conhecida em todo o território nacional. Naturalizada brasileira, militou na política pelo Estado do Rio de Janeiro, e como docente da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, notabilizou-se como acadêmica e pensadora. Fonte: Elaborado pelos autores.

apesar das propostas de uma condução alternativa visando romper com as dificuldades. Contudo, a estagnação no final da década de 1960 não se confirmou, pelo contrário iniciou-se uma fase de crescimento do produto interno bruto que levou ao famoso “milagre econômico”, ocorrido entre 1968 e 1972.

Antes de falarmos sobre o “milagre econômico”, recuperemos rapidamente alguns pontos do governo de Eurico Gaspar Dutra, o retorno de Getúlio Vargas e a entrada de Juscelino Kubitschek à presidência da República do Brasil, dando continuidade à proposta da discussão sobre a organização política, econômica e social.

Com base em Vianna (1990), podemos afirmar que o governo de Eurico Gaspar Dutra deu continuidade aos objetivos de modernização econômica iniciados na era Vargas cujo governo havia criado uma série de organismos com o objetivo de institucionalizar a política industrial no País. Entre eles, podemos destacar:

- ▶ a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional;
- ▶ o Conselho Nacional do Petróleo;
- ▶ o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- ▶ a Companhia Vale do Rio Doce;
- ▶ a Comissão da Indústria de Material Elétrico;
- ▶ o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial;
- ▶ a Comissão Nacional de Ferrovias etc.

Para Vianna (1990, p. 116),

É preciso relativizar, portanto, a ideia de que o Governo Dutra abandonou as políticas de governo e ações diretas voltadas para a promoção do desenvolvimento industrial. Na verdade, o Governo Dutra revela, de certo modo, sua preocupação em dar seguimento à acumulação industrial e à manutenção dos investimentos iniciados no estado novo (particularmente a Companhia Siderúrgica nacional). Isto se revela tanto no momento em que libera as importações – entre outras razões para satisfazer a demanda reprimida de bens de capital e matérias-primas

da indústria nacional – como, após a instalação do controle, quando este evolui paulatinamente no sentido de introduzir critérios de seletividade. [...] A única iniciativa planejada do estado para o desenvolvimento econômico, porém, foi o Plano Salte, tentativa de coordenação dos gastos públicos visando essencialmente aos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, prevendo investimentos para os anos de 1949 e 1953.

Vargas retornou à presidência da República, eleito democraticamente em 1950. Alguns meses antes de sua posse, foi concretizada a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), com a finalidade de elaborar projetos conjuntos, visando à expansão da infraestrutura em território nacional, com atenção voltada ao setor energético e de transporte, mas que acabou sendo interrompida no governo do republicano Eisenhower. Ainda assim o Plano Nacional de Rodovias continuou a ser incrementado, contando com o apoio de estratégias políticas do Estado. Com a finalidade de assegurar o desenvolvimento, criou-se, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, em 1953, a Petrobras.

Em 1954, em uma tentativa de golpe ao seu governo, Getúlio Vargas se suicidou. Foi substituído em um primeiro momento por João Café Filho (vice-presidente), logo em seguida por Carlos Coimbra da Luz (presidente da Câmara dos Deputados) e, finalmente, para terminar o mandato, Nereu de Oliveira Ramos (vice-presidente do Senado Federal). Todos os três ficaram por pouco tempo no poder. Nesse interregno até a posse do presidente Juscelino Kubitschek, combateu-se a inflação, por meio de uma política econômica severa, formulada pelo economista Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda.

Com a entrada do presidente Juscelino Kubitschek, foram tomadas uma série de medidas de combate aos desequilíbrios externos. A política de industrialização marcou profundamente o período, cujo principal emblema foi o Plano de Metas, lançado em 1956. Entretanto, do ponto de vista estrutural, a política de ciência e tecnologia nacional não foi tratada com a devida prioridade. Segundo Araújo (2004, p. 29),

Apesar de já existirem algumas instituições científicas desde o século XIX, o desenvolvimento tecnológico brasileiro não tem sido suficiente para que o país possa impor uma lógica de desenvolvimento econômico mais independente dos avanços obtidos por outros países. Apenas na primeira metade da década de 50, instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) foram fundadas. Na segunda metade da década de 50, no governo de Kubitschek, a busca de autonomia tecnológica brasileira foi abandonada com a implementação do Plano de Metas. Nesse Plano, dado o objetivo de implantar em um curto período de tempo segmentos industriais com uma maior complexidade tecnológica, o desenvolvimento tecnológico brasileiro foi posto em segundo plano, já que a importação de tecnologia e o desenvolvimento tecnológico feito pelas filiais das empresas transnacionais – obtidos das matizes localizadas nos Países Centrais – eram vistos como mais importantes.

Além do incremento da industrialização no governo de Juscelino Kubitschek, foi construída Brasília, a nova capital do Brasil, no Centro-Oeste brasileiro. Contudo, mesmo com essa série de projetos, os desequilíbrios regionais não foram superados, as dificuldades na captação de recursos se mantiveram, houve endividamento e a ampliação da rede ferroviária sofreu um forte abalo, tendo como consequência o seu enfraquecimento.

Com a entrada de Jânio Quadros, em 1961, na presidência da República, houve um recrudescimento da política industrial. A inflação herdada do governo do presidente Juscelino Kubitschek acelerou-se, e os problemas fiscais e de balanço de pagamentos precisaram ser reorganizados. No curto espaço de tempo que permaneceu como presidente, Jânio Quadros procurou uma aproximação com a ex-União Soviética e mostrou-se favorável à descolonização da África. Apesar de estar legitimado por uma votação impressionante,

Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, por falta de apoio político para a implementação de um projeto econômico de tipo liberal, segundo Dreifuss (1981).

Após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República, houve momentos de impasse para que o vice-presidente João Goulart assumisse a pasta de presidente. No dia da renúncia, quando João Goulart estava na China, tentaram impedir o seu retorno ao País e a sua posse como presidente. Para que Goulart assumisse o poder, o Congresso Nacional teve de alterar o regime de governo de presidencialismo para parlamentarismo e transferir a responsabilidade do governo ao Primeiro Ministro. Goulart teve o mandato marcado por uma série de conflitos no campo e nas cidades. A política econômica exposta no Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, centrou-se na resolução das questões mais imediatas, como a inflação, e deixou a industrialização para o segundo plano. Houve muita revolta popular, o País clamava por reformas de base, mas por baixo conspiravam contra o seu governo. Em 31 de março de 1964, Goulart foi deposto pelos militares, que assumiram o governo com o pretexto de ser por um curto período de tempo e ficaram por vinte anos (1964-1984).

 **Saiba mais****João Goulart**

Ou simplesmente **Jango**, como era conhecido, governou o País de setembro de 1961 a março de 1964. Nasceu no Rio Grande do Sul. Entrou para a política com o apoio de seu conterrâneo e amigo particular, Getúlio Vargas. Fonte: <<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart-jango/>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

A ECONOMIA BRASILEIRA NOS PERÍODOS MILITAR E DEMOCRÁTICO

Vamos a partir de agora estudar a economia brasileira compreendida em dois diferentes períodos: o militar e o democrático. Observando que o modelo econômico do regime militar foi marcado pelo processo de concentração de rendas e abertura externa da economia brasileira.

No período de transição democrática, importantes avanços políticos ocorreram, como a convocação de uma Assembleia Constituinte que elaborou e promulgou a Constituição de 1988 – a chamada “Constituição Cidadã” – que estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis; a legalização dos partidos políticos de qualquer tendência; a garantia do direito à greve e à liberdade sindical; a ampliação dos direitos trabalhistas; a intervenção do Estado em assuntos econômicos; e o nacionalismo econômico ao reservar algumas atividades às empresas estatais.

Agora vamos ver detalhadamente cada um desses períodos.

O PERÍODO MILITAR

O período do governo militar foi dividido em quatro fases, segundo Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997), assim descritas:

- ▶ Primeira de 1964/1967: fase marcada pela estagnação das atividades econômicas, grandes reformas institucionais e preparação para entrada da economia brasileira na economia mundial.
- ▶ Segunda de 1968/1973: fase conhecida como a do “Milagre Econômico”, tendo o país colhido os frutos dos ajustamentos anteriores, além da situação internacional apresentar um quadro animador.
- ▶ Terceira de 1974/1979: fase do recrudescimento da economia, com instabilidade na economia internacional, após o choque do petróleo, que atingiu o mundo em cheio. Foi nesse período que foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico com vistas a organizar a economia diante das dificuldades.
- ▶ Quarta de 1980/1984: fase assinalada internamente por recessão, inflação elevada, redução do investimento estatal; e externamente por um quadro desfavorável devido à elevação dos juros, ao segundo choque do petróleo e à instabilidade cambial.

No período do governo militar, de 1964 a 1984, o país foi governado por meio de atos institucionais e decretos, com fortalecimento do executivo e o enfraquecimento do legislativo. Através dos atos institucionais foi criado o Sistema Nacional de Informação (SNI); inúmeros direitos políticos foram cassados; os movimentos sindicais, estudantis e camponeses foram reprimidos; determinou-se o fechamento do Congresso Nacional; estabeleceu-se o regime de censura à imprensa; e utilizou-se inclusive a tortura como forma de obtenção de informações junto a supostos opositores do regime.

O governo militar introduziu na economia inicialmente o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), que teve como mentores Roberto de Oliveira Campos e Octavio Bulhões. Nesse plano, foi introduzida a correção monetária, com a finalidade de corrigir a inflação, e novas regras cambiais, salariais e tributárias. A retomada do crescimento na economia brasileira no período militar

 **Saiba mais**

Milagre econômico

Elevado crescimento obtido pela economia brasileira, com taxas superiores a 10% ao ano, no período de 1968 a 1973, quando tudo parecia acenar para a estagnação econômica. Contudo, apesar de todo o crescimento, a renda continuou concentrada. Fonte: Elaborado pelos autores.

só foi ocorrer a partir de 1968 e alcançou o ano de 1973, ficando consagrado como o período do “[milagre econômico](#)”.

Mas por que o “milagre econômico” chegou ao fim?

Por causa da piora nos cenários, tanto interno como externo. Internamente, a estrutura produtiva desequilibrou-se; no cenário externo, a subida dos preços do petróleo, as pressões inflacionárias e a instabilidade cambial exigiram novos ajustes econômicos. Para Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 191),

[...] tendência natural da economia em 1974 era a reversão do ciclo expansivo tanto pelos desequilíbrios externos como pelos internos. Independentemente do choque do petróleo, Bonelli e Malan (1976) destacam que a economia já estava operando acima do produto potencial, necessitando de grande volume de importações de bens de capital e matérias-primas, com o que acentuavam-se as pressões inflacionárias e a tendência aos déficits externos.

Na interpretação de Carneiro (1990, p. 297), o

[...] fim do milagre econômico encerraria também um ciclo festivo de exercício de poder sem limites e sem prestação de contas, sem oposição, sem incômodos da livre imprensa e sem compromissos políticos a criar embaraços ao voluntarismo da política econômica.

Em decorrência dessas dificuldades apontadas no ano de 1974, o governo formulou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo na mira as indústrias de bens de capital e a infraestrutura. O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado com a finalidade de se transformar em uma alternativa em substituição à gasolina, fez

parte desse plano, assim como o projeto de Itaipu e da Ferrovia do Aço, entre inúmeros outros projetos.

Diante desse cenário no final dos anos de 1970, as dificuldades advindas do cenário internacional continuaram e a recessão dos anos de 1980, decorrentes da diminuição dos investimentos, levaram a década no Brasil ser designada de “década perdida”. A produção estagnou, a inflação começou a fugir do controle, os juros internacionais aumentaram, o crédito diminuiu, a dívida externa sofreu baques profundos, o que marcou o fim de um modelo de desenvolvimento que precisava sofrer reformulações.

Foi nesse clima que a emenda das Diretas Já se transformou no maior movimento social vivido pela sociedade brasileira. No final, a emenda foi rejeitada na votação em plenário, por não ter adquirido os dois terços dos exigidos. Consequentemente, as eleições foram para o colégio eleitoral. Tancredo Neves venceu para presidente e José Sarney para vice-presidente. Próximo da posse, Tancredo Neves adoeceu, vindo a falecer, e José Sarney assumiu a presidência da Nova República.

O PERÍODO DEMOCRÁTICO

Nesta nova fase da República, os desafios foram muitos. O modelo de desenvolvimento econômico esgotou-se necessitando ser revisto. A economia precisava ser reaquecida por causa do crescimento que se anunciava, mas o processo inflacionário se agravava. Assim, a inflação foi a eleita para ser **debelada*** do cenário, sob pena afetar a estabilidade econômica do País ou de comprometer o crescimento econômico. E, em 28 de fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado, no qual uma nova moeda chamada cruzado substituiu o cruzeiro.

Nesse momento, o mecanismo de reajuste de salários foi revisto e, toda vez que a inflação atingisse o patamar de 20%, um “gatilho salarial” seria disparado visando corrigir o seu valor. Quase todos os preços foram congelados, com exceção da energia

***Debelar** – anular ação ou efeito de (algo considerado maléfico); extinguir, reprimir, suplantar. Fonte: Houaiss (2009).

***Tablita** – continha índices que corrigiam os valores dos produtos decorrentes da inflação. Fonte: Elaborado pelos autores.

elétrica. Foi estabelecida também uma taxa de câmbio fixa, os aluguéis foram revistos e os contratos prefixados corrigidos por uma “**tablita**”*.

O plano teve sucesso no início, houve a queda da inflação e as pessoas aprovaram tanto que algumas resolveram se tornar fiscais, para que o congelamento não fosse desrespeitado. No entanto, passada a fase da euforia, modos de contornar o congelamento

foram surgindo, por exemplo, a imposição de **ágio** por alguns comerciantes. Além disso, podemos observar também que o governo fez um enorme esforço no sentido de não descongelar a economia, isentando produtos de impostos, dando subsídios, liberando as importações de produtos em falta, confiscando produtos que em algumas situações o produtor resolvia não colocar à venda no mercado.

Nessa dificuldade de congelamento *versus* descongelamento, surgiu o chamado “Cruzadinho”, caracterizado pela adoção de um conjunto de medidas como empréstimos compulsórios na compra de gasolina, automóveis e passagens aéreas internacionais. Isso permitiu uma sobrevida ao plano Cruzado até as eleições para governadores de 1986. Passadas as eleições, das quais o governo saiu vitorioso, foi adotado o Plano Cruzado II, com uma série de novas medidas, na tentativa de controlar o déficit público.

Com o fracasso do Plano Cruzado II, surgiu, em 12 de junho de 1987, o Plano Bresser, que propunha o congelamento dos preços e dos salários por três meses, a desvalorização do câmbio, a utilização da tablita nos contratos prefixados. No Plano Bresser, o déficit público aumentou e começou então uma etapa de discussões em torno da necessidade de reduzir o peso do setor público na economia.

Em 1988, foi lançado o Plano Verão, mudando a unidade monetária de cruzado para cruzado novo. No Plano Verão, o salário sofreu perdas, as medidas foram tímidas por conta da iminência das eleições de 1988 e a inflação acelerou chegando a um patamar de hiperinflação, seguindo o descontrole das contas públicas, e a elevação das taxas de juros.

Mas foi nos anos de 1990 com a entrada de Fernando Collor de Mello como presidente que se pôde perceber o descontrole

Saiba mais

Ágio

O ágio funcionava da seguinte maneira: caso alguém necessitasse de algum produto que havia desaparecido das prateleiras, bastava pagar um valor adicional, e, como em um passe de mágica, a mercadoria reaparecia. Fonte: Elaborado pelos autores.

inflacionário e a necessidade de ajuste da economia, tendo sido proposta uma reforma monetária, administrativa e fiscal. Foi o período em que o programa de privatizações tomou força, os preços foram congelados, o sistema de câmbio alterou-se flutuante e ocorreu o processo de abertura comercial. De acordo com Rego e Marques (2003, p. 205-206),

Plano Collor I, de março de 1990, combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada “reforma administrativa”, que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissão de grande quantidade de funcionários.

[...] Outro plano de estabilização, o Plano Collor II, foi adotado em janeiro de 1991, em situação de desespero devido à reaceleração da inflação.

[...] A precariedade do Plano Collor II, aliada ao desgaste do governo com os efeitos do confisco ocorrido no plano anterior, assim como às crescentes denúncias de corrupção, acabaram por determinar o impeachment de Collor em outubro de 1992.

Com a saída de Fernando Collor, assumiu a presidência da República o seu vice-presidente Itamar Franco. O Ministro da Fazenda do seu governo foi Fernando Henrique Cardoso, e, respaldado por uma série de estudos realizados por sua equipe econômica, lançou o Plano de Estabilização Econômica, que ficou conhecido como Plano Real. Entre os pontos privilegiados pelo Plano Real, destacaram-se a busca da ampliação da receita tributária, o equacionamento da dívida dos Estados e dos municípios, a diminuição da participação do Estado na economia com o estímulo à [privatização](#), e o estabelecimento de um controle maior sobre os bancos estaduais (em algumas situações, a realização de estudos visando ao seu fechamento).



Saiba mais

Privatização

Das empresas privatizadas no Brasil, na década de 1990, os setores que se destacaram foram: telecomunicações, siderúrgicas, elétricas, ferroviárias, portuárias e financeiras. O Programa Nacional de Desestatização foi criado no ano de 1991 e deveria ser mais estudado na administração pública, quando do desenvolvimento de monografias. Fonte: Elaborado pelos autores.

O Plano Real obteve êxito em um primeiro momento, com aumento do Produto Interno Bruto (PIB), graças à ampliação do setor industrial, agropecuário e de serviços. Outro fator que merece destaque é que a inflação também apresentou queda, o que contribuiu para que o poder de compra das pessoas tivesse um incremento surpreendente, o crédito retornou e o salário passou a ser mais atraente por causa do aumento do poder de compra dos consumidores. O sucesso obtido pelo Plano Real que Cardoso implementou foi tanto que culminou com sua eleição para presidente da República por um mandato de quatro anos e depois foi reeleito, em 1998.

Após o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi eleito à presidência da República Luís Inácio Lula da Silva, que manteve o Plano Real, obtendo novos bons resultados com o Programa de Estabilização Econômica, trazendo de volta a importância do Estado na economia brasileira que havia sido colocada em segundo plano devido ao projeto neoliberal defendido em termos mundiais com muita intensidade. Além disso, Lula estabeleceu uma série de políticas que levaram a inclusão dos despossuídos, por exemplo, com a ampliação dos Programas Bolsa-Escola e Bolsa-Família, que tiveram um efeito multiplicador extraordinário na economia do País.

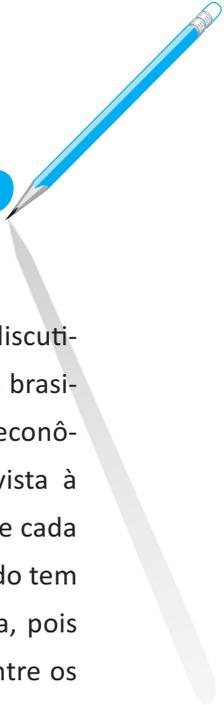
Diante desses resultados, a economia conseguiu retomar o crescimento, adquirindo credibilidade externa, fortalecendo o mercado interno, tanto que a crise vivida a partir de 2008 não surtiu os efeitos que em uma outra situação poderia causar, pelo contrário, o País tem enfrentado as dificuldades e os desafios de forma firme e controlada e dado provas de que conseguiu reservas capazes de auxiliar o País diante das dificuldades inesperadas. Nesse sentido, cabe registrarmos que a situação favorável da conjuntura internacional do limiar do século XXI favoreceu a situação nacional.

Complementando...

Para aprofundar seu conhecimento a respeito dos assuntos desta Unidade, recomendamos as leituras propostas a seguir:

-  *Formação econômica do Brasil* – de Amauri Patrick Gremaud, Flávio Azevedo Marques de Saes e Rudinei Tonedo Júnior.
-  *Economia Brasileira* – de José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (Orgs.).
-  *A crise do milagre* – de Paul Singer. Nesta obra você pode entender, em profundidade, o “milagre econômico”, já que esse é um clássico sobre o assunto e deve ser lido por todas as pessoas que se interessam pelo estudo da economia brasileira.

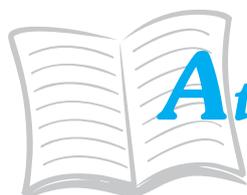
Resumindo



Chegamos ao final da primeira Unidade, na qual discutimos os fundamentos políticos da formação da economia brasileira na República. Apresentamos o desenvolvimento econômico brasileiro, da primeira à Nova República, com vista à compreensão dos cenários, dentro das especificidades de cada uma das épocas focadas. Vimos também que cada período tem seus valores culturais, que devem ser levados em conta, pois são realmente importantes nas tomadas de decisões. Entre os assuntos estudados, podemos destacar:

- ▶ da República Velha à Nova República, o Brasil vivenciou diferentes situações econômicas e enfrentou desafios que deveriam ser superados, como as formas autoritárias de governo;
- ▶ importantes focos de análise, com o propósito de despertar o desenvolvimento de novos trabalhos na área, dentro de uma perspectiva de administração pública;
- ▶ a conquista da estabilização econômica foi a grande marca do século XX no Brasil e o interessante é que só foi conseguida em um regime de governo democrático; e
- ▶ os Planos Econômicos elaborados dão uma ideia das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

É importante considerarmos também que estamos em plena era da globalização, na qual o tempo e as distâncias reduziram o mundo ou, em outras palavras, economicamente o mundo ficou menor.



Atividades de aprendizagem

Agora que você já leu todo o texto desta Unidade, que lhe permitiu refletir sobre o desenvolvimento da economia brasileira ao longo do século XX, chegou o momento de realizarmos as atividades de aprendizagem. Vamos, então, às questões formuladas:

1. Podemos afirmar que a formação econômica brasileira ajuda a pensar o Brasil? Explique de acordo com a realidade do seu município.
2. Faça uma entrevista com alguns colegas para saber a opinião deles.
3. Podemos afirmar que a desigualdade regional foi criada devido a que fatores? É possível superá-la diante do processo de concentração e centralização do capital? Para responder a esta questão, procure conversar, se possível, com alguns secretários municipais.
4. Como superar as deficiências em ciência e tecnologia? Debata com os seus colegas do curso no fórum disponível no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e depois formule a sua resposta.
5. Podemos afirmar que a questão política interfere no processo econômico brasileiro? Então, por que tantos desempregados?
6. Como as universidades podem auxiliar o País na construção das políticas públicas? Discuta a presente formulação com os tutores e colegas no AVEA e reflita sobre os diferentes posicionamentos formulando sua argumentação.
7. O Plano Real deu resultados positivos? Para complementar sua resposta, faça uma pesquisa de opinião em alguns segmentos do seu município.
8. Você concorda que o sistema de cotas nas universidades brasileiras ajuda a reparar o passado e possibilita um caminho mais sólido em

termos de criação de empregos para todos? Faça uma pesquisa de opinião em seu município. O Brasil é um País agrícola ou industrializado? Qual o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro? Discuta com seu tutor esta questão antes de respondê-la, sem deixar se influenciar pelo juízo de valor.

9. Converse com profissionais de sua cidade para responder às questões a seguir:
 - a) Por que a indústria se concentrou no Centro-Sul?
 - b) Industrialização é sinônimo de desenvolvimento?
 - c) A desconcentração da renda ajudaria o Brasil a alcançar o desenvolvimento?
 - d) Em que patamares estão os índices de desenvolvimento econômico e social do seu Estado?
 - e) Podemos afirmar que as crises na economia mundial não foram suficientes para aprender a inviabilizar o seu retorno? Porque a crise atual parece ter tido menos repercussão do que as anteriores, embora seja uma das maiores crises vividas? Antes de responder a esta questão, amplie seu conhecimento fazendo a leitura de revistas e jornais.
10. Responda às proposições a seguir e discuta as respostas encontradas no fórum disponível no AVEA.
 - a) O meio ambiente no Brasil encontra-se ameaçado?
 - b) A Amazônia deve ser preservada na sua totalidade?
 - c) O que você entende por desenvolvimento sustentável?
 - d) Em que a política ambiental tem falhado?

11. Em sua opinião, devemos ter mais estatização ou menos estatização na economia brasileira? Onde acertamos e onde é preciso melhorar? É possível recuperar o tempo perdido ou a inserção tardia e de forma periférica no capitalismo mundial? Entreviste alguns profissionais do seu município e apresente os resultados obtidos. A democracia brasileira já está consolidada ou continua em processo de solidificação?
12. Em sua opinião, o Plano Real deu resultados positivos? Justifique sua resposta.